

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
APRESENTAÇÃO	11
PREFÁCIO	15
ABREVIATURAS	19
1. INTRODUÇÃO	27
1.1. Espaços públicos e privados de solução de conflitos	27
1.2. Relevância do tema e a tese defendida.....	32
1.3. Delimitação da abordagem e método	38
1.4. Terminologia e conceitos empregados	41
1.5. Estrutura do trabalho.....	43
2. AUTOTUTELA COMO MEIO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS	47
2.1. Exame crítico da concepção de vedação à autotutela.....	47
2.1.1. Justificativas de evolução	54
2.1.2. Análise do cenário brasileiro	61
2.2. Critérios para identificação da autotutela	68
2.2.1. Iniciativa do interessado	72
2.2.1.1. Autoproteção de interesses privados	74
2.2.1.2. Posturas da Administração Pública.....	82
2.2.2. Tutela unilateral como modalidade de tutela de interesses.....	89

2.2.2.1. Tutela unilateral como ato de proteção, realização ou satisfação de interesse lesado ou ameaçado.....	93
2.2.2.2. Utilidade e níveis da tutela unilateral	97
2.2.3. Desnecessidade de terceiro adjudicador.....	102
2.3. A autotutela no quadro dos meios de solução de conflitos ...	105
2.3.1. A instrumentalidade do direito material	112
2.3.2. Adequação da autotutela e relacionamento com outros meios de solução de conflitos	117
3. FUNÇÃO INSTRUMENTAL DA AUTOTUTELA	127
3.1. Atuação particular e estatal contratual e extracontratual...	127
3.1.1. Autotutela e <i>imperium</i>	134
3.1.2. Divisão de poderes entre Estado e particulares para a tutela unilateral.....	139
3.1.3. Impossibilidade de sujeição por determinadas modalidades de tutela unilateral	144
3.2. Influência da tecnologia e da automatização das relações jurídicas	147
3.2.1. Algoritmos e automatização	150
3.2.2. Internet das coisas: autotutela e bens corpóreos digitalizados.....	153
3.2.3. <i>Smart contracts</i> e autoexecutoredade	156
3.2.4. Ataques cibernéticos e autodefesa	159
4. LIMITES À AUTOTUTELA.....	165
4.1. Devido processo legal e meios de solução de conflitos	168
4.2. Proporcionalidade e tutela unilateral	175
4.3. Critérios de controle da tutela unilateral.....	180

4.3.1. Critério material: correlação entre a espécie de lesão ou ameaça e a modalidade de tutela unilateral	183
4.3.2. Critério formal: processualidade como incentivo à autotutela	187
4.3.3. Critério objetivo: meios empregados para obter a tutela unilateral	195
4.3.4. Critério subjetivo: limitação à submissão pessoal...	201
4.3.5. Critério temporal: momento de utilização da tutela unilateral	207
4.4. Consequências da inobservância dos critérios de controle...	209
5. PERFIL SISTEMÁTICO DA AUTOTUTELA NO DIREITO BRASILEIRO	213
5.1. Regime jurídico da autotutela	213
5.2. Fontes da autotutela	216
5.3. Interesses tutelados	221
5.4. Objeto do exercício de poder	224
5.5. Espécies de tutela unilateral	226
5.5.1. Executiva	227
5.5.2. Constitutiva	231
5.5.3. Declaratória	234
5.6. Momento de exercício da autotutela	236
CONCLUSÕES	241
BIBLIOGRAFIA	249
JULGADOS CITADOS	289